

Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente

*Odaci Luiz Coradini**

Artigo

Este artigo tem por objetivo expor alguns resultados de um trabalho sobre as relações entre o capital associativo e o espaço político e, mais especificamente, entre a participação em associações ou sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados, e modalidades de entrada e de trajeto político. Simultaneamente, pretende discutir alguns problemas analíticos no estudo das relações entre representação de interesses baseados na condição e em classificações profissionais e sua reconversão em representação política.

O material que serve de base é constituído por um estudo do conjunto dos políticos com atuação em âmbito nacional, ou seja, deputados federais, senadores e ministros do período de 1994 a 2003, num total de 1.035 indivíduos. Além dos políticos vinculados a associações ou sindicatos em pauta, também foram estudados os vinculados com outras modalidades de engajamento associativo/sindical, como aquelas com organizações de empresários, de diferentes categorias de trabalhadores, de professores, com associações de moradores, assistenciais, religiosas, de defesa de “direitos” e assemelhadas, do movimento estudantil, clubes esportivos e assemelhados e, por fim, organizações de vereadores, deputados, de municípios e assemelhadas¹. O presente artigo, no

* Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. E-mail: coradini@vortex.ufrgs.br

1 No que tange às associações ou sindicatos, seguindo as sugestões de Gaxie e Offerlé (1985), foram incluídas tanto as de trabalhadores como as patronais. Para

entanto, circunscreve-se aos políticos vinculados a associações ou sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas ou assemelhados, portanto, categorias cuja característica principal é sua condição profissional, com alto grau de capital escolar, o que permite a discussão de alguns problemas nesse tipo de estudo, particularmente daqueles relativos às relações entre a representação dessas profissões e a entrada na política. Também foi analisada a entrada na política através dos chamados cargos de “confiança” e a situação específica das categorias em pauta nessa modalidade de ingresso na “profissão” política, tendo em vista a hipótese conforme a qual o maior montante de capital escolar ou competência específica poderia favorecer a ocupação desse tipo de cargo, em oposição àqueles mais diretamente dependentes das disputas eleitorais.

A exemplo dos políticos vinculados a associações ou sindicatos de trabalhadores ou de empresários, os ligados a associações de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados estão incluídos entre os que mais cresceram nas últimas décadas, após o período autoritário e, portanto, de ampliação da política eleitoral. Como pode ser constatado na Tabela 1, há um crescimento generalizado e contínuo de deputados federais com vínculos com algum tipo de associação ou sindicato no período de 1978 a 2003. Dentre os tipos de associações/sindicatos, os que mais se destacam nesse crescimento são os de empresários, de trabalhadores urbanos, rurais ou de funcionários públicos, de professores (de todos os níveis de ensino) e de associações ou sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas ou assemelhados, embora nesses últimos casos num ritmo menos intenso. Nesses casos, havia uma proporção significativa de deputados federais com esse tipo de vínculo no início do período, e na legislatura que começou em 1979 sua proporção aproximava-se daquela dos que mantêm vínculos com associações/sindicatos de empresários. A aceleração desse crescimento ocorre, particularmente, a partir das eleições de 1990, de modo um tanto semelhante aos vínculos com associações/sindicatos de empresários. Relativamente aos vínculos com associa-

uma apresentação dos políticos vinculados a organizações de “empresários” e de “trabalhadores”, ver Coradini (2005a e 2005b).

ções de moradores, assistenciais, religiosas, feministas, de defesa da “cidadania” e assemelhadas, e com organizações estudantis, ocorre algo semelhante². Além desse crescimento dos diferentes tipos de vínculos com associações ou sindicatos, em 1979, apenas uma parte muito reduzida dos deputados eleitos que possuíam esse tipo de vínculo havia ocupado cargos de direção em suas respectivas organizações. Porém, essa proporção dos que ocuparam cargos de direção foi aumentando, com ritmo mais acelerado na medida em que se aproximava do período mais recente, e na última legislatura considerada, com início em 2003, mais da metade dos deputados federais havia exercido algum cargo de direção em organizações associativas/sindicais (Tabela 2).

A bibliografia pertinente tem destacado a tendência do crescimento da maior concentração do recrutamento de elites políticas em algumas poucas profissões, caracterizadas pelo alto grau de escolarização, e relações com determinadas esferas de atividades, particularmente o setor público³. Embora essa literatura, em geral, centrada no estudo da “profissionalização” das atividades políticas, não destaque o pertencimento a grupos de interesse, com base na condição profissional ou em outras modalidades de agrupamento, alguns estudos de casos nacionais, como aquele de Ruostetsaari (2000, p. 80) chega a salientar a vinculação prévia a sindicatos (além de partidos e o fato de ter participado de eleições locais) como características básicas do novo tipo de elite política do período recente na Finlândia. Algo semelhante ocorre, por exemplo, com o trabalho de Narud (2003, p. 308), ao destacar a representação de “grupos profissionais” e “culturais”, além daqueles baseados na territorialidade, e no agrupamento de mulheres e de jovens, no

2 No que tange aos vínculos com clubes esportivos ou, então, com organizações de prefeitos, vereadores, deputados, de municípios e assemelhadas, embora haja um relativo crescimento no decorrer do período, se trata de categorias menos definidas e, portanto, cujos significados são menos apreensíveis com essas informações mais gerais, requerendo, portanto, uma análise mais pormenorizada.

3 Para uma comparação da evolução do recrutamento dos parlamentares em diferentes países ocidentais, ver particularmente Best e Cotta (2000). Para o caso francês, ver particularmente Birnbaum (1994) e Best e Gaxie (2000). Sobre a importância da condição “profissional” na concessão da “cidadania regulada” e nas políticas sociais na história política brasileira, ver Santos (1979, p. 75).

recrutamento de candidatos na Noruega. No caso da Suíça (WIESLI, 2003, p. 386-390) a interdependência entre partidos e organizações de interesse ou associações profissionais seria ainda mais forte, na qual estas últimas se constituem no elemento principal nas relações dos partidos com a “comunidade”. De qualquer modo, embora não se disponha de estudos comparativos sistemáticos que incluam o capital associativo, seus efeitos no recrutamento de elites políticas são muito variáveis, como indicam as conclusões relativas à França do período do governo controlado pelo Partido Socialista (GAXIE e OFFERLÉ, 1985), com pouca importância, em contraste com alguns países nórdicos (OFFERLÉ, 1998, p. 95-96).

No presente trabalho, no entanto, as condições e as classificações profissionais são tomadas, simultaneamente, como indicadores de posição e recursos sociais e como base para a formação e acumulação de capital associativo, através do engajamento e da militância em suas organizações de representação. Uma primeira ordem de problemas nesse tipo de estudo está referida às próprias classificações profissionais e seus fundamentos e usos, seja pelas Ciências Sociais, seja pelos agentes interessados por razões práticas. Como destacado por Merllié (1983, p. 43), é necessário considerar as condições de coleta das informações relativas às classificações profissionais, que não podem ser dissociadas de seu conteúdo e, portanto, devem ser incluídas na análise. Além disso, como demonstrado por Zarca (1993), não apenas as categorias, mas os princípios que fundamentam as classificações oficiais, no caso, os censos, se modificam conforme cada conjuntura histórica. O significado de determinada categoria profissional também pode se alterar com a sua manutenção nominal, remetendo a diferentes práticas profissionais, ou tomando um segmento como se fosse equivalente do conjunto da categoria, como os “advogados” na política (WILLIMEZ, 1999 p. 229). No caso em pauta, há ainda que considerar o menor grau de codificação e imposição das categorias oficiais. Disso resulta que as classificações profissionais comumente utilizadas remetem a diferentes origens e princípios de classificação, alguns importados diretamente dos esquemas de elaboração de censos nos países centrais, outros calcados numa suposta divisão técnica do trabalho e suas associações com as lutas sindicais e corporativas; outros, ainda,

particularmente para aqueles com titulação universitária, nas classificações escolares e suas relações com os registros profissionais e suas prerrogativas e, por fim, nas diferentes histórias e “tradições”. Além dessa diversidade de princípios, como se trata de políticos e, portanto, de componentes de elites cujas relações com a profissão de origem estão menos diretamente ligadas ao exercício profissional e, em geral, há um conjunto de esferas de atividades que compõem seus respectivos trajetos, o grau de possibilidade de opção por diferentes classificações é muito amplo. O principal recurso posto em prática para contornar esse tipo de problema foi tomar as classificações e, simultaneamente, através do exame dos respectivos trajetos, considerar as principais ocupações efetivamente exercidas que, via de regra, formam uma determinada composição.

Isso permite não desprezar as classificações profissionais e seus efeitos nas lutas sociais e políticas e, simultaneamente, não restringir o estudo a isso. Seguindo particularmente as indicações de Boigeol e Dazalay (1997), essas classificações profissionais são postas em relação com as estruturas e espécies de capital que as respaldam, e os mercados específicos e as lutas pela definição legítima e pela representação da profissão. Por outro lado, isso permite relacioná-las com as esferas de atuação, particularmente com o engajamento associativo ou sindical e político.

Uma segunda ordem de problemas está centrada nas relações das classificações profissionais de origem com a entrada e com a carreira ou “profissão” política. Como indicado por Offerlé (1999, p. 20-28), os usos da profissão ou da condição social de origem por parte dos “profissionais” da política e os atributos positiva ou negativamente associados contemplam diferentes possibilidades, e dependem do estado das oposições no espaço político e do estágio do respectivo trajeto do agente em pauta. Além disso, a reconversão de recursos sociais associados a determinada profissão em capital político depende de investimentos no sentido de sua redefinição como uma atividade ligada à “política”. No caso em pauta, essa reconversão está associada, também, ao engajamento em associações ou sindicatos. Em síntese, a profissão se relaciona com as disputas eleitorais como condição social, como recurso de “expertise” e competência específica,

como princípio de agrupamento a ser representado, dentre outras modalidades. No trabalho em pauta, interessa particularmente esse último uso, como representação de interesse⁴.

Tabela 1: Principal vínculo associativo/sindical dos deputados federais (%)

Legislaturas de deputado federal	1979/ 1983	1984/ 1987	1988/ 1991	1991/ 1995	1995/ 1998	1999/ 2003	2003/ 2007
não se aplica	84,85	81,31	70,12	58,02	50	45,54	44,83
associações/sindicatos de empresários e org. privadas em geral	4,56	4,94	7,68	12,32	15,79	13,22	11,62
associações ou sindicatos de trabalhadores urbanos, rurais e de func. públicos	1,04	1,41	2,34	5,19	6,19	9,71	10,52
associações /sindicatos de médicos, advogados, jornalistas e assemelhados	3,53	4,76	7,01	10,21	11,92	10,67	10,52
associações/sindicatos de professores (de todos os níveis)	0,21	0,53	1,17	0,81	0,93	1,75	3,14
associações/organizações de moradores, assistenciais, religiosas, feministas, de defesa da “cidadania” e assemelhadas	0,83	1,06	4,01	4,38	5,11	6,53	7,2
somente movimento estudantil	1,24	2,65	3,67	4,38	3,72	5,1	6,64
clubes esportivos e assemelhados	0,21	0,53	0,5	0,81	1,39	2,07	1,29
associações/organizações de prefeitos, vereadores, deputados, municípios e assemelhadas	2,7	2,12	3,34	3,57	4,64	5,1	4,06
Total	99,17	99,29	99,83	99,68	99,69	99,68	99,82
não informado	0,83	0,71	0,17	0,32	0,31	0,32	0,18
Total	100 n=482	100 n=567	100 n=599	100 n=617	100 n=646	100 n=628	100 n=542

Fonte: Arquivos da Câmara dos Deputados, organizado pelo autor.

- 4 Para uma discussão mais ampla sobre as relações entre profissão e política, ver Offerlé (1999); para uma crítica a algumas conceituações e abordagens norte-americanas da “profissão” e o estudo das profissões jurídicas na França como estando respaldadas, simultaneamente, pelo Estado, o mercado e a família, ver Boigeol e Dezalay (1997); para uma discussão dos problemas e condições da utilização analítica das categorias profissionais, ver Merllié (1983); e para um estudo específico das transformações da categoria “patrão” nos censos franceses, ver Zarca (1993).

Tabela 2: Posição mais alta ocupada pelos deputados federais em organizações associativas/sindicais (%)

Legislatura de deputado federal	1979/ 1983	1983/ 1987	1987/ 1991	1991/ 1995	1995/ 1999	1999/ 2003	2003/ 2007
Dirigente nacional	3,11	4,23	6,18	8,43	8,36	9,39	7,2
Dirigente estadual	4,56	6,53	8,68	15,56	20,9	23,41	26,2
Dirigente municipal	2,07	1,76	4,17	5,02	6,5	4,46	4,06
Dirigente regional	0,62	0,18	1,17	2,76	3,87	5,89	6,06
Dirigente de organização não territorial	1,04	2,12	4,84	5,19	5,26	6,53	6,64
Apenas membro/sócio	2,9	3,17	4,84	4,7	5,11	4,46	4,24
não se aplica	85,06	81,66	70,12	58,18	49,85	45,22	44,46
Total	99,38	99,65	100	99,84	99,85	99,36	98,71
NI	0,62	0,35		0,16	0,15	0,64	1,11
Total	100 n=482	100 n=567	100 n= 599	100 n=617	100 n=646	100 n=628	100 n=542

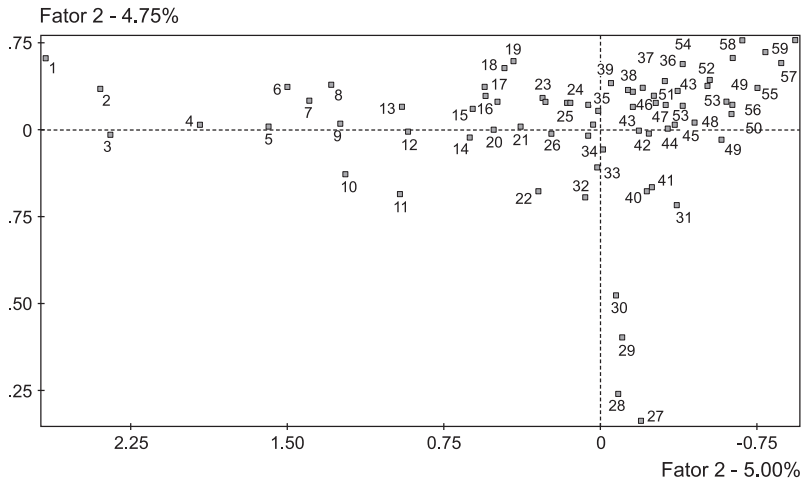
Fonte: Arquivos da Câmara dos Deputados, organizado pelo autor.

Para a demonstração empírica dessas hipóteses, após a caracterização dos políticos vinculados às associações ou aos sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados, em confronto com os demais, são tomados os médicos para uma apresentação mais detalhada dessa multidimensionalidade em seus respectivos trajetos. Na parte seguinte, é abordada a entrada na política através de cargos de “confiança” e o peso relativo da titulação universitária e das especificidades profissionais para tanto.

Os políticos vinculados a associações ou sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados

Numa primeira aproximação, foram analisados os políticos vinculados a esse tipo de associação ou sindicato em confronto com os demais (através de testes de análise de correspondência múltipla. Ver Apêndice Metodológico).

Gráfico 1: Variáveis ativas



Legendas

- 1 empregado de empresa privada e dirigente sindical
- 2 funcionário/servidor público e dirigente sindical
- 3 associações/sindicatos de professores (de todos os graus)
- 4 professor secundário, cargos de “confiança” e cargo eletivo
- 5 PT (Partido dos Trabalhadores)
- 6 associações/sindicatos de trabalhadores urbanos, rurais e de funcionários públicos
- 7 “Ciências Humanas” (Ciências Sociais, Pedagogia, Letras, Filosofia, Teologia, História e Serviço Social)
- 8 trabalhadores de diferentes setores
- 9 de 10.001 a 50.000 US
- 10 de 50.001 a 100.000 US
- 11 PCdoB (Partido Comunista do Brasil)
- 12 classificados como “outros”
- 13 professores (de todos os níveis)
- 14 associações de moradores, assistenciais, religiosas, feministas, de defesa de “direitos” ou de “cidadania”
- 15 funcionário e técnico do comércio e prestação de serviços
- 16 pastor evangélico, radialista e assemelhados
- 17 sem patrimônio ou com até dez mil dólares
- 18 jornalistas, radialistas, produtores de espetáculos e assemelhados
- 19 sem titulação universitária (inclusive os com curso superior incompleto)
- 20 religiosos
- 21 professor universitário, cargos públicos de “confiança” e cargos públicos eletivos
- 22 outros (pequenos partidos)

- 23 funcionário de empresa privada, cargo público de “confiança” e cargo público eletivo
- 24 outras ocupações
- 25 rádio/jornalismo, cargos públicos de confiança” e cargos públicos eletivos
- 26 cargos públicos eletivos
- 27 Medicina hospitalar ou pública, cargos públicos de “confiança” e cargos públicos eletivos
- 28 Medicina (inclusive com a realização de outros cursos)
- 29 médico
- 30 associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros e assemelhados
- 31 clubes esportivos e assemelhados
- 32 PSB (Partido Socialista Brasileiro)
- 33 somente movimento estudantil
- 34 de 100.001 a 500.000 US
- 35 cargos públicos de “confiança”
- 36 Engenharias
- 37 PL (Partido Liberal)
- 38 servidor/administrador público e cargos de “confiança”
- 39 funcionários públicos em geral (inclusive militares)
- 40 PDT (Partido Democrático Trabalhista)
- 41 PPS (Partido Popular Progressista)
- 42 PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira)
- 43 Economia (inclusive com outros cursos)
- 44 PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro)
- 45 advogacia e cargos públicos de “confiança” e eletivos
- 46 proprietários em geral
- 47 PTB (Partido Trabalhista Brasileiro)
- 48 cargos públicos de confiança e eletivos
- 49 de 500.001 a 1.000.000 US
- 50 PP (Partido Progressista)
- 51 advogados
- 52 administração/propriedade de propriedades privadas e exercício de cargos públicos de “confiança”
- 53 administração/propriedade de empresas privadas e exercício de cargos de “confiança” e eletivos
- 54 rádio/jornalismo e administração de empresas de comunicação
- 55 1.000.000 de US ou mais
- 56 Agronomia
- 57 associações/sindicatos de empresários
- 58 Administração
- 59 administração/propriedade de propriedades privadas e exercício de cargos públicos eletivos
- 60 Direito

A conclusão de cunho mais geral é a de que, no exame das relações entre categorias profissionais e demais recursos sociais, e o ingresso na política “profissional”, mais que algum desses indicadores tomado isoladamente, interessa a apreensão das relações entre espécies de capital e respectivas esferas de atuação, particularmente os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados. As principais oposições constatadas podem ser resumidas no que segue: a oposição entre um pólo dos “trabalhadores” e outro dos “empresários” (primeiro eixo), uma outra entre os “médicos” e os “empresários” (segundo eixo) e, por fim, entre os “advogados” e os “empresários” (terceiro eixo).

Sinteticamente, num dos pólos do primeiro eixo se situam, em primeiro lugar, os que mantêm algum vínculo com associações/sindicatos de empresários (114 indivíduos) e os que não mantêm qualquer vínculo associativo/sindical (461 indivíduos). No extremo oposto, se destacam os vinculados a associações/sindicatos de trabalhadores urbanos, rurais e de funcionários públicos (109 indivíduos), a associações/sindicatos de professores secundários ou universitários (32 indivíduos) e, em menor grau, a associações/organizações de moradores, assistenciais e assemelhadas (79 indivíduos). Ou seja, nesse primeiro eixo, as categorias que mais se distanciam são relativas às modalidades de vinculação com associações/sindicatos, e, mais especificamente, com vínculos com associações/sindicatos empresariais e, no extremo oposto (109 indivíduos) os vinculados a associações/sindicatos de trabalhadores (urbanos, rurais e funcionários públicos), seguidos de perto pelos vinculados a associações/sindicatos de professores de 1º, 2º e 3º graus. Porém, quanto às modalidades de vínculos com associações/sindicatos, o mais importante a destacar é que, se o extremo do primeiro pólo é ocupado pelas associações/sindicatos empresariais, também estão diretamente associados com o mesmo aqueles indivíduos que não mantêm qualquer vínculo desse tipo. Há também uma associação significativa dos “empresários” com aqueles que mantêm vínculos com as associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados. Isso significa que uma boa parte destes últimos se assemelha mais aos empresários que com os que se situam no pólo oposto, no que tange às categorias das variáveis em pauta.

Como se trata de um conjunto da elite política com alto grau de escolarização, a titulação escolar está diretamente associada com as ocupações na carreira, mas também com a profissão declarada. Essa forte associação também com a profissão declarada encobre não apenas as ocupações efetivamente exercidas, mas, principalmente, as esferas sociais em que se inscrevem essas ocupações. Para boa parte desses políticos, as ocupações efetivamente exercidas em seus respectivos trajetos estão mais diretamente associadas com a condição de proprietário que a alguma “profissão” no sentido do exercício de alguma atividade com base em algum domínio técnico específico, se bem que isso nem sempre seja discernível no caso daqueles cujo trajeto é composto pela ocupação de postos de comando em empresas privadas. Por exemplo, no pólo em que se situam os “empresários”, a condição social de “proprietário” e a condição profissional de “administrador” são diretamente interdependentes. Uma outra constatação básica que se depreende é que, embora boa parte dessas ocupações exercidas esteja diretamente associada ao universo empresarial ou a algumas profissões socialmente muito estruturadas, há uma interseção muito forte com o universo da política, que se manifesta, principalmente, pela ocupação de cargos públicos de “confiança” e eletivos, mas também cargos de direção em organizações associativas/sindicais. Ou seja, tudo leva a crer que não se trata de indivíduos estatisticamente “representativos” da respectiva condição profissional, embora, em geral, sejam “representantes” de suas respectivas categorias profissionais.

Como as categorias profissionais, a exemplo de outras classificações sociais, consistem na objetivação de recursos e princípios de divisão, está em pauta, também, a oposição entre determinadas condições sociais. Ou seja, se, por um lado, a oposição entre “trabalhadores” e “empresários” põe em confronto classificações que têm como base “profissões”, ao mesmo tempo, está em pauta uma outra oposição, com base na condição social. O mesmo se aplica aos “médicos”, advogados ou outras categorias, com a diferença de que, nesse caso, a condição está menos baseada na posse de capital econômico (embora essa possibilidade não esteja excluída) e mais diretamente em associação com o capital escolar. Esse tipo de oposição mantém uma analogia muito direta com as modalidades de vínculos associati-

vos/sindicais, até porque a base da representação sindical consiste em categorias profissionais. Para o que está em pauta, o mais importante a destacar é que a analogia é estreita e direta, também, com o espectro de orientações políticas, como é mais bem detalhado adiante.

No que tange à filiação partidária, é importante destacar que, se, por um lado, os demais indicadores remetem a esferas ou dimensões sociais distintas (econômica, profissional, escolar, modalidades de engajamento), a vinculação partidária consiste no mais diretamente dirigido à orientação política. Nesse caso, também, há uma forte correlação entre a orientação política e aqueles indicadores relativos à inserção e aos recursos sociais. No primeiro eixo, o extremo do pólo mais diretamente associado aos “empresários” é ocupado pelo PFL (Partido da Frente Liberal), seguido pelo PP (Partido Progressista), pelo PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) e pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). No extremo do pólo contrário, se situa apenas o PT (Partido dos Trabalhadores)⁵. No segundo eixo, como já mencionado, em termos gerais, o que está em oposição, de um lado, é o universo empresarial, e por outro, as chamadas “profissões liberais”, entre as quais, particularmente, os médicos e, em segundo lugar, advogados e engenheiros. Desse modo, em termos de vínculos associativos/sindicais, num pólo se situam os relacionados com associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros e assemelhadas (113 indivíduos). No pólo contrário, a exemplo do primeiro eixo, os que se vinculam a associações/sindicatos empresariais.

No que tange às principais ocupações durante a carreira, a categoria mais diretamente associada ao pólo dos “profissionais liberais” é a dos que combinam em seu trajeto a medicina, liberal e/ou hospitalar, e o exercício de cargos públicos de “confiança” e/ou eletivos (101 indivíduos). No pólo contrário, se destacam os que compõem seu trajeto com a condição de administrador/proprietário de empresas privadas e a ocupação, simultânea ou sucessiva, de cargos públicos eletivos (55 indivíduos), seguidos por aqueles cujo trajeto “profissional” consiste basicamente na administração/

5 Esses resultados têm uma forte semelhança com aqueles obtidos para a França no trabalho de Gaxie (1980).

propriedade de empresas privadas (72 indivíduos), aqueles cujo trajeto “profissional” é composto pela administração/propriedade de empresas privadas em conjunto com a ocupação de cargos de “confiança” (85 indivíduos), os que misturam serviço público com administração pública e ocupação de cargos de “confiança” (131 indivíduos) e, por fim, por aqueles cujo trajeto consiste numa composição de administração/propriedade de empresas privadas com a ocupação de cargos de “confiança” e, também, eletivos (50 indivíduos). Em síntese, no pólo dos “empresários”, em geral, se trata de diferentes composições de administração/propriedade de empresas privadas com exercício de cargos públicos, de “confiança” e/ou eletivos. No que tange à disciplina/área da titulação universitária, a esse pólo dos “empresários” correspondem os que cursaram Direito (300 indivíduos) ou Administração e/ou Ciências Contábeis (44 indivíduos), e os sem curso superior (148 indivíduos), em oposição aos que cursaram Medicina (129 indivíduos). Ou seja, a titulação universitária em Direito e em Administração ou Ciências Contábeis está diretamente associada à inserção no universo empresarial. Isso, no entanto, não significa que haja alguma dicotomia excludente entre esses cursos e a Medicina, inclusive, porque, como já mencionado, categorias escolares e profissionais como essas podem se sobrepor à condição de “empresário” ou mesmo de “trabalhador”. Algo semelhante ocorre com o montante do patrimônio econômico. Como estão em oposição categorias “profissionais” que equivalem a uma posição social dominante e associada à posse de capital econômico, apesar das fortes diferenças, não chega a se formar alguma bipolarização excludente. Ao primeiro pólo, corresponde a faixa de cinquenta a cem mil dólares (43 indivíduos), seguida pela de cem a quinhentos mil dólares (234 indivíduos), em oposição aos “empresários”, aos quais corresponde mais diretamente a faixa de um milhão ou mais de dólares (119 indivíduos).

Como os políticos vinculados a associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados formam um conjunto que, inclusive, têm seu estatuto profissional baseado na titulação escolar, há uma associação muito forte e evidente com determinados cursos de graduação universitária. Trata-se, em geral, de cursos socialmente mais valorizados, vinculados a profissões es-

tabelecidas e com mais afinidades com aplicações “práticas”, dentre os quais se destaca, em primeiro lugar, o de Medicina, que contempla mais de um terço (38,3%) dos vinculados com associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros e assemelhados, contra pouco mais de um décimo (10,9%) do universo total. O segundo curso que se destaca é o de Agronomia (5,4% contra 2,5% do universo total). O curso de Direito se destaca mais pelo montante dos formados e que são vinculados a esse tipo de associações/sindicatos (25,9%), mas essa quantidade é proporcionalmente inferior ao conjunto dos formados em Direito (29,8% do universo total). Ou seja, no caso dos políticos formados em Direito, sua quantidade é superior àqueles que podem utilizar seu engajamento associativo. Desse modo, o estatuto profissional pode representar outro tipo de recurso, porém, não capital associativo. Há também uma grande quantidade dos que realizaram cursos de pós-graduação (68,0% contra 41,1% do universo total), seja de doutorado, seja de mestrado ou de especialização.

Como uma outra consequência dessa maior proximidade com o universo escolar e, mais especificamente, com a titulação universitária, esses que mantêm vínculos com associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros e assemelhados são os que apresentam uma maior quantidade dos que têm alguma publicação (39,6% contra 33,4% do universo total, para os com informações disponíveis, que não são exaustivas). Como seria de esperar, a maior concentração dessas publicações consiste naquilo que pode ser classificado como Medicina e problemas médico-sociais (10,8%), seguidos pelos comentários sobre Direito, política e assemelhados (7,2%), relatos de experiências, comentários e memória política (10,62%), publicações de cunho didático ou relativas a problemas educacionais, ou escritos “técnicos” (5,4%), e, por fim, publicações diversas, incluindo literatura, religião e assemelhados (3,6%).

Dessa relação muito direta com a titulação escolar dos vinculados a associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados, resultam associações também muito específicas com as ocupações durante a “carreira”. Quanto a isso, o primeiro ponto que se destaca é a forte associação com aqueles cujo trajeto “profissional” é composto pelo exercício de Medicina, liberal e/ou hospitalar, com a ocupação de cargos públicos de “confiança” e/

ou eletivos (35,7% contra 9,9% do universo total). Em segundo lugar, se destacam aqueles cujas principais ocupações consistem no exercício da advocacia em conjunto com a ocupação de cargos públicos de “confiança” e/ou eletivos (15,2% contra 8,7% do universo total) e, por fim, pelos que combinam a atuação no rádio/jornalismo com a ocupação de cargos públicos de “confiança” e eletivos (8,0% contra 4,6% do universo total). Ou seja, a maior parte tem no próprio exercício de cargos públicos, de “confiança” ou eletivos, uma parte considerável de seu respectivo trajeto “profissional”. Isso indica que essa titulação escolar e, por extensão, determinados usos de competências específicas têm algum efeito na ocupação de cargos de “confiança” nos respectivos trajetos “profissionais” e políticos, em detrimento dos cargos públicos eletivos, como apresentado mais adiante. Há uma proporção muito mais alta daqueles cujo primeiro cargo “político” foi de “confiança” (73,6% contra 60,7% do universo total) em detrimento dos cargos eletivos (17,2% contra 22,3% do universo total).

Também devido a essa forte associação entre o estatuto profissional e a titulação escolar, nesse caso há uma maior proximidade entre as ocupações efetivas e a profissão declarada⁶. Desse modo,

6 A profissão declarada consiste na autoclassificação profissional, por ocasião do registro da candidatura ou no repertório biográfico, posteriormente reagrupada em diferentes recodificações. Tendo em vista que essas autoclassificações contêm um altíssimo grau de formalismo ou nominalismo, sendo valorizadas particularmente aquelas categorias mais diretamente associadas à titulação universitária, além de não manter, necessariamente, uma relação mais direta com as ocupações efetivamente exercidas no trajeto profissional, foi criada uma variável com base nessas ocupações. A base de informações para tanto foi, principalmente, o repertório biográfico da Câmara dos Deputados, além do Dicionário histórico-biográfico da CPDOC/FGV (ABREU et al., 2004) e demais fontes de informações biográficas. A principal vantagem do repertório biográfico para tanto é que, no item relativo às “atividades e cargos públicos”, em seu elenco são informados os períodos de cada atividade, o que possibilita calcular a principal composição ou conjunto de atividades que forma o principal do respectivo trajeto “profissional”. Nessa composição, está incluído, e foi considerado como atividades “profissionais”, o exercício de cargos políticos, de “confiança” e eletivos. Também foi tentada a obtenção de informações sistemáticas sobre a “primeira ocupação profissional”, para compará-la com aquela imediatamente anterior ao primeiro cargo político e com a última. Mas essa tentativa não foi muito frutífera, visto que, para a maior parte desses políticos, a “primeira atividade”, em geral, não tem um sentido “profissional” ou, então, consiste naquela que corresponde ao título universitário.

também quanto à profissão declarada, a primeira que se destaca é a de médico (29,2% contra 11,2% do universo total). A seguir, se destacam os classificados como “outros profissionais liberais com titulação universitária” – que não médicos ou advogados (19,5% contra 17,3% do universo total). Por outro lado, como já indicado, os advogados vinculados a associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros e assemelhados são proporcionalmente menos que os que se declaram profissionalmente como advogados (14,2% contra 19,2% do universo total), mesmo considerando a atuação em organizações como a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), de pertencimento obrigatório para o exercício profissional.

A exemplo de outras categorias de vínculos associativos, aquelas de médicos, advogados, engenheiros e assemelhados têm uma temporalidade ou estágio no respectivo ciclo das “carreiras” relativamente específica no que tange à “profissão” política. Isso se manifesta, em primeiro lugar, na idade da entrada ou do ingresso no primeiro cargo eletivo. Embora não se concentrem no extremo mais elevado quanto à idade do primeiro cargo eletivo, a média é bem mais alta que a do conjunto do universo. A faixa etária do primeiro cargo que mais se associa é a de 41 a 50 anos (42,7% contra 28,5% do universo total), seguida pela faixa imediatamente acima, de 51 a 60 anos. Por outro lado, ocorre apenas uma pequena proporção dos que ocuparam o primeiro cargo eletivo na faixa de 19 a 30 anos e, embora quantitativamente significativo, mas também em menor proporção, na faixa de 31 a 40.

A exemplo dos vinculados a associações/sindicatos de empresários e a associações/sindicatos de trabalhadores urbanos, rurais e de funcionários públicos, esses vinculados a associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros e assemelhados também se destacam pela ocupação de cargos de direção na respectiva organização. Ou seja, em geral, se trata de dirigentes, e não de meros participantes, o que sugere que a representação de interesses profissionais consiste num engajamento prolongado, com o exercício de uma sucessão de cargos de direção na hierarquia desse tipo de organização. Nesse caso, os cargos mais diretamente associados são os de direção em âmbito estadual, que abarcam mais da metade (56,3% contra 24,4% do universo total). A seguir, vêm os cargos de direção nacional (12,6% contra 9,1% do universo total) e os cargos

de direção em âmbito regional (12,6% contra 6,7% do universo total). Porém, devido ao caráter obrigatório do pertencimento a algumas das organizações para o exercício profissional (por exemplo, como os conselhos de controle do exercício profissional), há uma relativa participação dos que mantêm vínculos apenas na condição de membro/sócio (10,7% contra 4,2% do universo total).

Por fim, ainda quanto ao trajeto político, a exemplo da ocupação de cargos de direção na respectiva organização associativa ou sindical, há também uma forte associação com a ocupação de cargos de direção partidária. Entre esses cargos, o mais freqüentemente ocupado pelos vinculados a associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados é o de membro do diretório ou da comissão executiva nacional (23,9% contra 11,8% do universo total). Em menor grau, vem a ocupação de cargos de direção em diretório ou em comissão executiva em âmbito municipal (11,5% contra 9,7% do universo total) ou regional (13,3% contra 11,0% do universo total). Por outro lado, há uma menor proporção na ocupação de cargos partidários mais altos, como os de direção, e não apenas participação como integrante, de diretório ou de comissão executiva nacional (34,5% contra 49,8% do universo total).

Como pode ser constatado, os políticos vinculados a associações ou sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados mantêm uma série de características muito próprias no que tange à inserção e à posição social, particularmente em relação à titulação escolar e às ocupações exercidas. Porém, essas características próprias abrangem também as modalidades de entrada, o trajeto político e, particularmente, o engajamento associativo e partidário. Isso se aplica, particularmente, à intensidade e continuidade desse engajamento, ou seja, em geral, não se trata de mera adesão a associações ou sindicatos, mas do desenvolvimento de “carreira” de dirigente desse tipo de organização e, simultaneamente, em partidos políticos. As modalidades de engajamento são muito diversas, e interagem e são interdependentes de outras esferas de atuação, mas, em todo caso, o trajeto político sempre se constitui no resultado das combinações de esferas de atuação, como o caso dos médicos, apresentado a seguir, exemplifica.

Medicina e política

Tendo em vista a apresentação mais detalhada das condições sociais de usos dos vínculos com organizações de defesa de interesses profissionais no espaço político e sua interdependência relativamente a recursos e esferas de atuação, são apresentados a seguir alguns trajetos exemplares, restritos aos médicos, na falta de espaço para a apresentação do conjunto das categorias profissionais tratadas estatisticamente. Embora suas condições específicas e as lógicas sociais contidas em seu engajamento associativo e sindical não sejam idênticas às demais categorias, essa apresentação de alguns casos exemplares pode contribuir para elucidar os princípios e recursos que estão na base da reconversão da representação de interesses em possibilidade de ingresso na carreira e, inclusive, na orientação política.

O principal desses princípios de divisão é aquele que perpassa o campo médico e serve, em primeiro lugar, como critério de definição da própria Medicina entre “pública” e “privada” e categorias correlatas (“preventiva” *versus* “curativa”, como “direito” ou “dever do Estado” *versus* “atividade liberal” ou “privada”, e assim por diante). Portanto, essa divisão do campo médico está diretamente associada e é homóloga às suas relações com o espaço político e com o próprio Estado. É por isso que, apesar de se configurar um pólo no qual se concentram os indivíduos que mantêm relações com o campo médico e suas interações com o universo político, esses mesmos indivíduos se distribuem, simultaneamente, na oposição aos “trabalhadores” e aos “empresários”.

Nessas divisões e oposições no campo médico e em suas relações com o espaço político e a ação pública, entram em pauta, portanto, diferentes recursos e princípios de legitimação, como a posição social, de origem e de chegada, o forte capital escolar e seu alto grau de aplicabilidade e valorização social e econômica, as diferentes modalidades de exercício profissional e de concepção da própria profissão e suas relações com as divisões e o engajamento político e em outras esferas de atuação, e, por fim, com a estrutura de representação corporativa. Ou seja, as oposições que dividem o campo médico e sua “transfiguração” no universo político têm

como base diferentes modalidades de exercício e realização profissional, bem como de sua representação associativa/sindical. Desse modo, num extremo dessa oposição, aquele da Medicina pública vista e defendida como “dever do Estado” pela militância sindical, há uma proximidade muito forte com o serviço público e, inclusive, com sua definição militante no sentido do funcionalismo público, no caso, constituído pelos médicos como mediadores dos “direitos” da chamada “sociedade civil organizada” ou, então, dos detentores desse “direitos” em geral⁷.

No extremo oposto, onde se situam proprietários de hospitais ou clínicas particulares, apesar de sua vinculação com a titulação universitária e com uma determinada deontologia profissional, a Medicina é concebida e posta em prática como tendo uma dimensão de “empresa econômica”. Portanto, se, no caso anterior, o exercício profissional está associado ao serviço público, nesse último isso ocorre com as atividades privadas, sejam “liberais”, sejam “empresariais”. Evidentemente, isso tem implicações diretas na apropriação dos referenciais em voga e na defesa de determinadas formulações de políticas. Porém, mesmo nesses casos extremos, a “transfiguração” política (GAXIE et al., 1990) desses interesses e modalidades de realização profissional e social não é direta, visto que entram em pauta as diferentes lógicas em que esses indivíduos estão inseridos, nas quais se destacam aquelas das disputas eleitorais, da pressão corporativa e as centradas na formulação e implementação de políticas de saúde ou em termos mais gerais.

Porém, entre essas duas situações polares extremas, as da Medicina como serviço público ou “social” e como “empresa econômica”, ocorrem muitas outras modalidades de exercício e de seu uso como base de legitimação profissional, com maior ou menor eficácia em sua reconversão em capital associativo e/ou político. Uma das principais dessas modalidades é a utilização do exercício médico associado à filantropia ou à assistência que, via de regra, é operada em combinação com a Medicina privada, como os trajetos expostos adiante explicitam.

7 Para uma análise dessa bipolaridade no campo médico e seus efeitos nas políticas de saúde e previdência social rural, ver Coradini (1989).

Portanto, apesar das fortes semelhanças em alguns aspectos, nos trajetos desses que se situam no extremo do pólo dos “médicos”, ocorrem diferenças profundas. Essas diferenças, no que tange à entrada e à carreira política relativamente à inserção social e modalidades de engajamento e militância, têm como origem, principalmente: as modalidades e o peso da militância prévia, como aquela em organizações estudantis ou de outro tipo; a militância associativa/sindical, que, no caso, é particularmente forte e tende a ter início ainda na fase estudantil, através, por exemplo, das organizações de médicos “residentes”; por fim, sem qualquer pretensão de exaustão, entram em pauta os efeitos dessa militância anterior na carreira “profissional”, seja orientando-a para um padrão mais associado ao serviço público, seja, então, à Medicina liberal, seja se constituindo em base para a ocupação de cargos públicos de “confiança” e sua eventual reconversão em recursos eleitorais.

Como caso exemplar da versão mais “pública” do padrão de trajeto profissional de médico e sua vinculação com a esfera política que tem como base o serviço público e a militância associativa/sindical, pode ser tomado Arlindo Chinaglia⁸. Natural do interior de São Paulo (Serra Azul), imediatamente depois de formado, com especialização em Saúde Pública, passou a atuar como médico do Inamps (Instituto Nacional de Previdência Social) e em hospital público (Hospital do Servidor Público Estadual). Porém, simultaneamente a esse trajeto profissional, manteve uma intensa carreira militante, começando como presidente da Associação dos Médicos Residentes e Internos do hospital em que atuava, e logo a seguir como presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de São Paulo, vice-presidente da Federação Nacional dos Médicos, secretário geral e presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em âmbito estadual e membro da direção nacional desta. Em termos de militân-

8 Para informações mais detalhadas sobre o desenvolvimento do sindicalismo médico no Brasil, ligado à Medicina pública e tendo o Rio de Janeiro como base geográfica inicial, em oposição ao esquema norte-americano das associações e sua vinculação com a Medicina “liberal”, expostas por um de seus protagonistas, ver Mello (1983). Para mais detalhes sobre a formação e o desenvolvimento do Movimento de Renovação Médica, também expostos por um de seus protagonistas, que exemplifica inclusive a utilização de esquemas oriundos das Ciências Sociais nesse tipo de luta, ver Campos (1988).

cia partidária, ainda no início desse engajamento associativo (1980) filiou-se ao PT, exercendo diversos cargos de direção em âmbito regional. Pouco tempo depois (1990), foi eleito deputado estadual, e quatro anos depois, deputado federal, reelegendo-se. Portanto, nesse tipo de trajeto, a carreira de militância estudantil, corporativa e partidária e a defesa da Medicina como “direito” e serviço público praticamente se confundem e, no mínimo, são extremamente interdependentes e, por outro lado, têm uma forte afinidade com o engajamento em determinados partidos políticos. A principal particularidade de Jandira Feghali, além da filiação partidária (Partido Comunista do Brasil – PC do B), é a incorporação de uma outra esfera de militância, através das questões relativas a gênero, tendo sido fundadora da União de Mulheres do Rio de Janeiro.

Para apresentar um último caso exemplar desse padrão, com a particularidade de ser incluído entre os ministros que assumiram com o novo governo em 2003, Agnelo S. Queiroz também é oriundo do interior, no caso, da Bahia (Itapetinga), apesar de ter concluído a formação escolar em Brasília, onde foi presidente da Associação dos Médicos Residentes em âmbito local e, mais tarde, da Federação dos Médicos e da Associação de Médicos de Brasília. Porém, simultaneamente, ampliou essas esferas de militância ao se filiar e, posteriormente, exercer cargos de direção no PC do B e atuar em “campanhas” de mobilização fora do âmbito corporativo, como aquela pela autonomia política de Brasília. Em termos de atuação profissional, passou a ser chefe de cirurgia de hospital público (Fundação Hospitalar do Distrito Federal); poucos anos após (1990) foi eleito deputado distrital. A militância prévia e o exercício desse cargo possibilitaram sua eleição para deputado federal (1994); reelegeu-se em 1998, quando foi indicado para ministro do Esporte, o que implicou, inclusive, a redefinição das práticas esportivas com critérios políticos de “esquerda”, ou seja, em sua suposta vinculação com a “cidadania” (FOLHA ON-LINE de 23/12/2002. s.p.).

Uma versão mais centrada na militância estudantil e na ocupação de cargos públicos de “confiança” desses médicos de “esquerda” é representada, entre outros, por Eduardo Jorge M. Alves Sobrinho, natural de Salvador, graduado na UFPB (Universidade Federal da Paraíba), mas cuja carreira profissional foi

realizada em São Paulo. Profissionalmente, após a conclusão da residência em Medicina preventiva na USP, passou a atuar como médico sanitarista do Estado e, posteriormente, diretor de centro de saúde e, por duas vezes, secretário municipal de saúde de São Paulo. Porém, sua carreira de militante, se, por um lado, não inclui a ocupação de cargos de direção em organizações corporativas, por outro, começou no movimento estudantil, em organizações então clandestinas (Partido Comunista Brasileiro – PCB, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR), mas também como mediador de demandas por políticas de assistência médica para a população residente na periferia urbana em São Paulo, como o Movimento Popular de Saúde. Além disso, atuou e dirigiu algumas das Conferências Nacionais de Saúde, como a 12ª, em 2003, da qual foi coordenador. O primeiro cargo eletivo foi o de deputado estadual, posteriormente sendo eleito deputado federal por quatro mandatos e em 2002, como “[...] um dos principais quadros do PT na área da saúde”, teve possibilidades de se tornar ministro, que foram frustradas devido aos “desentendimentos com o partido” (FOLHA DE S. PAULO de 13/10/2003. s. p.).

Uma outra versão desse padrão tende a associar mais diretamente o exercício da Medicina e a militância em organizações corporativas com outros “movimentos”, tais como os promovidos por igrejas. Esse é o caso, por exemplo, de Ângela M. Guadagnin, com um trajeto diretamente vinculado às “pastorais” da Igreja Católica e, por outro lado, ao exercício de cargos públicos em âmbito local. Apesar de natural do Rio de Janeiro, concluiu a formação escolar e iniciou a carreira profissional no interior do Estado de São Paulo (São José dos Campos), combinando a atuação em “consultório particular” com aquela em hospitais públicos. Em termos de militância associativa, diversamente do padrão apresentado acima, engajou-se apenas como “membro” na série de organizações sindicais e associativas próprias dos médicos. Por outro lado, ainda na fase em que residia no Rio de Janeiro, atuava em atividades de alfabetização de adultos e de evangelização da Igreja Católica. Posteriormente, com a conclusão do curso de especialização em Pediatria e em Saúde Pública e a atuação em unidades públicas de saúde, passou a liderar os funcionários públicos municipais e, simultaneamente, e de modo

semelhante ao caso anterior, a organizar a população de bairros da periferia urbana. Além disso, atuou também na Pastoral da Família da Igreja Católica desde os anos 1980, integrando, inclusive, uma Comissão de Defesa da Vida da diocese local. A seguir, filiou-se ao PT, pelo qual foi eleita vice-prefeita (1988) e, depois, prefeita, e deputada estadual e federal. Como deputada federal, como seria de esperar, participa da Comissão de Segurança e Família.

Passando para o extremo oposto, aquele da Medicina concebida e posta em prática como atividade “empresarial” ou, pelo menos, “privada” ou “liberal”, o primeiro aspecto que se ressalta é que, se, por um lado, quantitativamente, essa modalidade abrange a maior parte dos médicos que compõem o universo em pauta, por outro, ela praticamente nunca aparece em termos exclusivos. Muitos políticos, inclusive, se apresentam como “médico e empresário”, mas nesses casos, em geral, a condição de empresário significa a ampliação dos investimentos, a partir da condição de “herdeiro”, e não como transformação da atividade médica em empreendimento empresarial no sentido estritamente econômico. Além disso, por razões compreensíveis, inclusive pela pouca quantidade numérica dos envolvidos, além de prováveis problemas de legitimação, a chamada “Medicina de grupo” aparece mais como grupo de interesse que como base eleitoral de algum segmento político⁹.

Em geral, no que tange ao pólo “médico” do universo em pauta, a prática da Medicina como empresa econômica aparece conjuntamente com outras modalidades de exercício médico, como aquele em hospitais ou organizações de assistência pública e, freqüentemente, em associação com o exercício de cargos de “confiança”, além dos investimentos econômicos em setores externos à Medicina. Esse é o caso de Ursicino Pinto de Queiroz, natural do interior da Bahia (Santo Antônio de Jesus). Depois de formado,

9 Como um bom exemplo da diversidade de interesses organizados e da influência da Medicina de “grupo”, dos planos médicos, da Medicina “liberal”, da Medicina pública, das organizações de representação de diferentes categorias de “trabalhadores” dos serviços médicos, de organizações de representação dos “pacientes”, e assim por diante, pode ser tomado o processo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Planos de Saúde. Ver, entre outros, O Globo (18/11/2003. s. p.).

teve uma carreira de exercício médico e de direção de hospitais particulares e filantrópicos (Santa Casa) e públicos na cidade de origem e em Salvador. Simultaneamente, tornou-se sócio de uma empresa médica (Urgências Médico-Cirúrgicas). Politicamente, simultaneamente a um longo trajeto de exercício de cargos públicos de “confiança”, como assessor da Casa Civil e Secretário de Saúde do Estado, entre outros, foi eleito prefeito da cidade de origem e, depois, deputado federal por dois mandatos. Em termos de engajamento associativo, sua principal participação restringe-se àquela de membro da direção da Associação de Hospitais em âmbito estadual, além das organizações de aglutinação de prefeitos, chegando a ser vice-presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Além disso, e significativamente, é “venerável mestre” de uma loja maçônica da cidade de origem.

Como uma variação desse padrão mais associada à clínica em consultório particular e ao exercício de cargos eletivos em âmbito local, pode ser tomado Antonio S. Venzon. Natural do interior de Santa Catarina (Botuverá), antes de iniciar a carreira como médico foi professor de Ensino Médio e corretor de imóveis. Ao se formar, passou a atuar num centro urbano maior (Brusque), em hospitais filantrópicos ou particulares, e como médico da prefeitura e do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR). Em termos associativos, apesar de na fase estudantil ter sido tesoureiro do respectivo diretório acadêmico e coordenador do Projeto Rondon em âmbito estadual, foi apenas membro de organizações de médicos e, já na condição de deputado, passou a ser membro também de um Grupo Parlamentar Católico. Poucos anos após o início da carreira profissional, foi eleito vereador e, depois, vice-prefeito, para então ser eleito deputado federal, por três mandatos sucessivos (sempre pelo PDT). Ou seja, diversamente do pólo oposto, esse tipo de exercício profissional, em geral, mantém uma vinculação muito tênue com o engajamento associativo/sindical, e quando ocorre, na maior parte dos casos se trata de organizações de cunho empresarial ou de organização do trabalho médico (como a Unimed), mas quase nunca como representação de interesses “profissionais”. Outra modalidade de entrada na política que esse tipo de exercício profissional favorece é a ocupação de cargos públicos em âmbito local e, frequentemente,

a participação na direção de associações de prefeitos, vereadores, deputados e assemelhadas.

Porém, de todas as esferas de ação e princípios de legitimação postos em prática por esses médicos do pólo privatista, em conjunto com o exercício profissional e/ou em outras modalidades de engajamento, se destaca a filantropia ou a assistência. Mas essa filantropia ou assistência, no que tange ao universo em pauta, composto por políticos de âmbito nacional, não se restringe à atuação profissional, naquele esquema dicotômico típico da Medicina “liberal” ou “privada”, com uma orientação voltada para a população mais bem situada socialmente, que se constitui em “cliente” e, simultaneamente, uma outra orientação voltada aos “pobres” ou “população carente”, ou algo semelhante, através da filantropia ou “trabalho social”, com ou sem apoio direto de políticas governamentais e de outras instituições, como organizações apoiadas por igrejas¹⁰. No caso em pauta, apesar de, evidentemente, a prática médica como assistência e sua reconversão em trunfo eleitoral ser corrente, trata-se, principalmente, de ocupantes de cargos de direção de organizações filantrópicas ou assistenciais. Algumas dessas organizações têm um caráter mais geral, outras podem ter como “causa” e público-alvo categorias sociais muito específicas, como, por exemplo, os portadores de alguma “deficiência”.

Para tomar um caso exemplar daqueles políticos que têm um trajeto marcado pelo exercício de cargos de direção em organizações filantrópicas: Darcisio P. Perondi, natural do interior do Rio Grande do Sul, irmão de um ex-deputado pela antiga Aliança Renovadora Nacional (Arena), diversamente do próprio, cuja única filiação é o PMDB e que mantinha em clubes de futebol profissional uma de suas principais bases eleitorais. Como principal ocupação profissional anterior à entrada na política profissional, foi médico num hospital filantrópico ou “sem fins lucrativos” em sua cidade de origem (Ijuí) e como médico em organismos públicos. Poucos anos

10 Sobre os diferentes princípios que respaldam as políticas de saúde e assistência social no Brasil, tais como a condição de “cidadão” definido relativamente ao Estado, aquela da filantropia com base em ideologias religiosas e as relações de reciprocidade típicas do clientelismo, ver Coradini (1994).

após o início dessa carreira como médico, passou a ser o presidente da respectiva associação filantrópica proprietária do hospital. Posteriormente, a amplitude desse exercício de cargos de direção de organizações filantrópicas passou a ter como base geográfica o conjunto do Estado (presidente da Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos do Rio Grande do Sul) e, inclusive, todo o território nacional (vice-presidente da Confederação das Misericórdias do Brasil). Evidentemente, a representação de associações filantrópicas não esgota as bases eleitorais desse tipo de político e médico, inclusive, porque está em pauta também a mediação de interesses regionais, além daqueles de ordem corporativa, setorial, entre outros. Porém, é importante notar que, em casos como este, um determinado tipo de exercício médico é representado em associação com a filantropia, ou seja, uma atividade que tem como base uma determinada moral e que mantém afinidades com esse tipo de exercício profissional¹¹.

De modo semelhante, mas com uma maior concentração numa “causa” específica, Eduardo L. B. Barbosa tem nos “excepcionais” ou, mais especificamente, na direção de organizações filantrópicas dirigidas a eles seu principal objeto de atuação. Concomitantemente ao exercício profissional como médico pediatra no interior de Minas Gerais (Pará de Minas) em organização filantrópicas e públicas, foi diretor da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) local por quase duas décadas. Com base nisso, foi fundador da Federação das APAEs em âmbito estadual e de sua federação nacional. Em termos políticos, foi representante da “sociedade civil” no Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comanda) e, logo após ter sido eleito deputado federal (1995, pelo PSDB) pela primeira vez, foi nomeado Secretário do Trabalho, Assistência Social, Criança e Adolescente em âmbito estadual.

Portanto, se, por um lado, as condições e classificações profissionais podem estar na base de lutas pela organização e defesa de interesses, sua apreensão requer que sejam abordadas

11 Para uma discussão mais geral entre o exercício profissional do Direito e a filantropia, nos Estados Unidos e na América Latina, ver Dazalay e Garth (2002).

relativamente a outros recursos sociais, no caso, particularmente os usos do capital escolar. Por outro lado, apesar da importância crescente do engajamento associativo ou sindical para a apreensão das condições da entrada e do trajeto político das categorias em pauta, tanto sua intensidade como as modalidades em que pode ocorrer dependem diretamente de suas relações com outras esferas de ação e de engajamento e militância.

Cargos de “confiança” e eletivos; e modalidades de entrada na política eleitoral

Uma outra hipótese de trabalho perseguida foi aquela segundo a qual, por se tratar de categorias com maior capital escolar, os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados manteriam uma maior associação com a entrada e o trajeto político baseados na ocupação de cargos de “confiança”. Embora haja uma maior proporção desse tipo de profissional cujo primeiro ou, então, o cargo “político” mais elevado seja de “confiança”, o fato de pertencer a essas categorias profissionais ou de manter vínculos com suas organizações de representação não chega a configurar uma situação muito específica, em oposição às lógicas da concorrência eleitoral.

Isso porque, dentre os recursos utilizados e, portanto, associados com a conquista e o exercício de cargos de “confiança”, tudo indica que se destacam os compromissos e a interdependência estabelecidos nos empreendimentos eleitorais e, mais especificamente, sua retribuição; a reconversão de recursos de influência decorrentes do engajamento associativo/sindical na política eleitoral; a influência decorrente da notabilidade “profissional” em determinadas “questões” politicamente importantes. Por fim, sem qualquer pretensão de exatidão, os laços de parentesco, no sentido amplo, com políticos eleitoralmente bem-sucedidos. Porém, se, por um lado, essas modalidades de recursos utilizados na obtenção e no exercício de cargos públicos de “confiança” são interdependentes relativamente aos processos eleitorais, por outro, também interagem entre si, e, sendo assim, as composições dependem de cada combinação particular. Uma das principais conseqüências disso para o que está em pauta é que, ao contrário de casos como o da França, onde se configura

uma oposição entre a entrada na política através dos altos cargos da administração pública e a legitimação através da política eleitoral (BIRNBAUM, 1994, p. 78 e passim, GARRIGOU, 2001; BOURDIEU, 1989), apesar da grande importância quantitativa, não chega a se formar uma oposição mais profunda entre essas modalidades.

Outra consequência disso é que, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, não ocorre uma forte correlação entre o maior ou menor peso do exercício de cargos de “confiança” nos respectivos trajetos e o tipo de vínculo com associações/sindicatos. Visto que a maior parte dos políticos em pauta já exerceu algum tipo de cargo de “confiança” e, inclusive, como em muitos casos a ocupação desse tipo de cargo consiste numa retribuição pela militância associativa/sindical e partidária, a correlação entre os vínculos associativos/sindicais e o exercício de cargos de “confiança” é muito baixa. Mesmo assim, tomando-se os que ocuparam cargos de “confiança” antes do primeiro cargo eletivo, que representam mais da metade do universo total (60,6%), há uma ligeiramente maior proporção dos vinculados a associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados (73,6% contra 60,6% do universo total), seguidos pelos vinculados a clubes esportivos e assemelhados e as associações/sindicatos de trabalhadores urbanos, rurais e funcionários públicos. Quanto aos que não consta que tenham ocupado cargos de “confiança” e, portanto, limitam-se aos eletivos, que não chegam à quinta parte (17,2% do universo total), sua maior correlação é com o engajamento apenas com organizações estudantis (24,4% contra 17,2% do universo total), em oposição aos vinculados a associações ou sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados, entre outros.

De qualquer modo, os resultados dos indicadores quantitativos e do material de cunho mais qualitativo indicam uma diversidade muito grande de lógicas e recursos sociais que podem estar na base da ocupação de cargos políticos de “confiança”. Como o ingresso na “administração pública” não tem no concurso, mas nas indicações “políticas”, seu principal meio de recrutamento e ascensão, essa expressão acaba sendo altamente polissêmica. Por exemplo, por “cargo de confiança” pode ser entendido tanto o de “oficial de gabinete”, freqüentemente ocupado por parentes próxi-

mos do titular do cargo, passando pelos militantes de organizações partidárias ou associativas, em geral com vínculos de adesão ao governo vigente, até as “indicações” com pretensões “técnicas”, que contemplam particularmente portadores de títulos universitários com forte aplicabilidade “prática” ou política (Economia, Medicina, Direito, Ciências Sociais em geral).

Porém, apesar de não se configurar uma oposição mais profunda entre o exercício de cargos de “confiança” e eletivos, fica nítida uma série de aspectos mais diretamente associados a uma ou outra dessas modalidades de entrada na política. Isso pode ser constatado ao se focar a divisão entre a entrada através de cargos de “confiança” ou, então, eletivos. Pode ser constatado também através da especificação dos diferentes tipos ou níveis de cargos de “confiança” exercidos”, ou, ainda, através do cargo de “confiança” mais elevado exercido, ou seja, da existência ou não de um trajeto com base no exercício de cargos de “confiança”.

Tomando separadamente aqueles cujo primeiro cargo foi de “confiança”, e não eleitoral, isso está diretamente associado com o grau de titulação escolar e com a disciplina/área da graduação universitária. No que tange ao grau de titulação, há uma relativa maior proporção dos que têm curso superior completo (89,7% contra 72,4% do universo total sem curso superior completo), e quanto à disciplina/área da graduação universitária, a primeira que se destaca é formada pelo conjunto das Engenharias (13,7% contra 10,6% do universo total), seguidas pela Agronomia (4,1% contra 3,0% do universo total) e a Economia (9,2% contra 7,4% do universo total). Além de se tratar, em geral, de cursos com maior valor social e econômico, esse relativamente maior grau de titulação escolar implica também uma maior quantidade daqueles com curso de pós-graduação. Portanto, além das ocupações, o grau e o tipo de escolarização indicam um maior peso de determinados recursos mais diretamente associados à “profissão” e ao capital escolar que, embora mediados pelas lógicas contidas nos processos eleitorais, resultam numa configuração relativamente própria.

Um outro aspecto que se destaca para esses cujo primeiro cargo “político” foi de “confiança” é relativo ao primeiro cargo eletivo, e o mais diretamente associado é aquele de deputado federal.

A seguir, vem um conjunto de cargos do Poder Executivo, como o de ministro, governador, vice-governador e prefeito. Por outro lado, uma proporção bem menor teve o cargo de vereador como o primeiro eletivo exercido. Assim, aqueles cujo primeiro cargo político foi de “confiança” tendem a ingressar na política eleitoral disputando e obtendo cargos de maior amplitude.

Por sua vez, numa situação intermediária entre os anteriores, cujo primeiro cargo foi de “confiança” e aqueles que somente exerceram cargos eletivos, os que ocuparam algum cargo eletivo como entrada na política se sobressaem, em primeiro lugar, pela muito maior precocidade na entrada na política partidária. Uma parte próxima da metade (42,5%) contra menos da quinta parte (21,4%) do universo total ocupou o primeiro cargo com idade entre 19 e 30 anos, em detrimento das faixas mais elevadas. Ou seja, essa maior dependência dos processos eleitorais tem o efeito de antecipar o ingresso na carreira política. Isso decorre, pelo menos em parte, da possibilidade de começar por cargos de menor abrangência ou mais “periféricos”, como aquele de vereador como primeiro exercido, que também abarca perto da metade (43,2%), contra pouco mais de uma quinta parte (22,6% do universo total).

Uma outra forma de especificar melhor os diferentes significados que o exercício de cargos de “confiança” pode ter na entrada e no respectivo trajeto político é tomar os diferentes tipos ou níveis do primeiro cargo de “confiança” exercido. Assim, fica evidente que esses diferentes tipos de cargos de “confiança” obedecem a lógicas sociais relativamente próprias e mantêm relações específicas com a política eleitoral. Assim, tomando inicialmente aqueles cujo primeiro cargo de “confiança” foi o de secretário municipal, o primeiro ponto que se destaca é a forte proporção daqueles cujo cargo de “confiança” mais elevado na carreira foi o de secretário (62,5% contra 10,6% do universo total). Isso significa que a maior parte dos que “entraram” na política através do cargo de secretário municipal passou desse para os cargos eletivos, até chegar aos de nível federal. Desse modo, apesar de a entrada na carreira política ou, pelo menos, o primeiro cargo público ter sido por “indicação”, o trajeto político está diretamente vinculado aos recursos e às dispu-

tas eleitorais, havendo, portanto, uma forte interdependência com os cargos eletivos. Tomando agora aqueles cujo primeiro cargo de “confiança” foi o de secretário estadual, também fica evidente sua dependência direta relativamente à política eleitoral.

Algo diverso ocorre com aqueles cujo primeiro cargo de “confiança” foi de presidente/diretor de empresas, autarquias ou agência públicas – municipais, estaduais ou federais, que configuram uma categoria com características muito próprias e mais diretamente associadas aos médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados. A primeira delas é relativa ao peso do exercício do cargo de “confiança” como entrada na política. Para uma proporção de mais de quatro quintos (83,5% contra 67,6% do universo total), o primeiro cargo político foi de “confiança”. Conseqüentemente, para apenas uma pequena parte (14,8% contra 25,5% do universo total), o primeiro cargo foi eletivo. Novamente, com as necessárias ressalvas, se poderia considerar que, relativamente aos que ingressaram como secretário municipal ou, então, aos que somente ocuparam cargos eletivos, esses apresentam uma entrada mais “central”, o que é corroborado, inclusive, pelo tipo de titulação escolar, profissão e principais ocupações, entre outras indicações. Porém, não se trata de alguma oposição binária entre uma lógica “administrativa” e outra eleitoral. Trata-se, antes, de uma combinação específica entre ambas, que as torna interdependentes, embora com incidência ou peso diferenciado nos respectivos trajetos sociais e políticos.

Um segundo aspecto que se destaca é relativo à titulação escolar e, mais especificamente, para os que têm curso superior completo, à disciplina/área da graduação. A disciplina/área mais diretamente associada é a Medicina (20,1% contra 13,1% do universo total), seguida pelas Engenharias (16,2% contra 10,6% do universo total) e pela Economia, entre outras em menor grau. Por outro lado, há uma proporção menor dos formados em Direito (21,7% contra 29,4% do universo total), e em Jornalismo e Ciências Humanas e Sociais (6,4% contra 9,3% do universo total). Ou seja, ocorre uma associação mais forte com cursos universitários com maior valorização social e econômica e que se caracterizam pela forte aplicabilidade de tecnologias.

Esses cujo principal cargo de “confiança” é de presidente/diretor de empresa, autarquia ou agência pública mantêm uma forte associação também com determinadas ocupações na respectiva carreira. Em geral, se trata de trajetos mais próximos da ação pública ou do exercício de cargos nessa esfera. Dentre essas ocupações, se destacam, em primeiro lugar, aqueles cujo trajeto é composto pelo serviço/administração pública e ocupação de cargos públicos de “confiança” (24,1% contra 13,9% do universo total), seguidos pelos que apresentam um trajeto composto pelo exercício da Medicina e pela ocupação de cargos públicos de “confiança” e/ou eletivos (16,6% contra 9,9% do universo total) e, em terceiro lugar, por aqueles cuja carreira consiste numa composição de administração/propriedade de empresas privadas e exercício de cargos públicos de “confiança”. Por outro lado, há uma proporção muito menor daqueles cujo trajeto está centrado unicamente na administração/propriedade de empresas privadas e dos que têm o trajeto composto pela advocacia e ocupação de cargos públicos de “confiança” e/ou eletivos.

Considerações finais

Como parece ter ficado evidente, a exemplo de outras modalidades de engajamento associativo ou sindical, a proporção de políticos de atuação em âmbito nacional no Brasil vinculados a associações ou sindicatos de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados tem aumentado no período recente. Entretanto, mais que sua quantidade crescente, interessa apreender as bases sociais e políticas em que isso ocorre.

Como a escassa bibliografia disponível sobre reconversão de capital associativo em recursos eleitorais sugere (OFFERLÉ, 1998 p. 98-111), não existe algum padrão universal, e, portanto, os processos e tendências dependem das respectivas configurações nacionais, em suas diferentes conjunturas históricas. Por outro lado, tanto no caso dos políticos vinculados ao tipo de associação ou sindicalismo em pauta no presente artigo como para as demais modalidades, tais como aquelas das organizações de empresários ou de diferentes categorias de trabalhadores, a apreensão das bases sociais subjacentes requer uma abordagem e um tratamento

que vá além das condições e das classificações profissionais em jogo. Assim, não se trata de desprezar as condições e as lutas pelas classificações profissionais e suas prerrogativas, tanto no âmbito das lutas sociais como na reconversão de recursos ou capital coletivo acumulado nelas no recrutamento de elites políticas. Porém, é necessário inserir esses recursos e lutas que têm as condições e classificações profissionais como uma base e referência no conjunto de esferas de atuação, respectivas estruturas de capital e princípios de legitimação, onde se incluem aqueles mais diretamente associados com as disputas eleitorais.

Sendo assim, é possível, simultaneamente, contemplar as particularidades das categorias profissionais em pauta, entre as quais sua forte associação com o capital escolar, e inclusive suas divisões internas com base em concepções e práticas profissionais diversas e até opostas, e confrontar essas particularidades com outras modalidades de engajamento e de recursos. Desse modo, é possível uma melhor especificação dos significados da constatação generalizada do crescimento da participação de determinadas profissões ou condições profissionais fortemente relacionadas com a titulação universitária no recrutamento de elites políticas. Ao mesmo tempo em que a condição profissional pode ser decisiva como ponto de partida para o respectivo trajeto social e político para o universo estudado, sua reconversão em capital e seus efeitos no trajeto político dependem diretamente da existência de uma esfera de militância “corporativa” e das possibilidades da formação de “carreiras” de “representante” da respectiva “classe”, em combinação com outras modalidades e esferas de engajamento e militância, que o caso dos médicos parece exemplificar muito bem. Tanto os representantes de médicos, advogados, engenheiros, jornalistas e assemelhados como as demais categorias em pauta, em geral, desenvolveram uma relativamente longa carreira de representante associativo ou sindical, em combinação com outras esferas de ação e modalidades de engajamento. Sendo assim, a própria competência específica somente adquire toda sua significação nessa estrutura de engajamento e militância, seja em sua versão mais “politicista” e “corporativa”, seja, então, mais “privatista” e associada aos investimentos privados. É por isso que, apesar da importância quantitativa dos cargos de “confiança”

na política brasileira, sua associação com a titulação escolar e com as classificações profissionais é fraca, visto que o acesso a eles tem como base outras lógicas, não redutíveis à “profissão”.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alzira A. de et al. (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Pós-1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, (2004). Compact Disc.
- BEST, H. e COTTA, M. (Ed.). **Parliamentary representatives in Europe: 1948-2000**. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BEST, H. e GAXIE, D. Detours to modernity: long-trends of parliamentary recruitment in Republican France 1848-1999. In: BEST, H. e COTTA, M. (Ed.). **Parliamentary Representatives in Europe: 1948-2000**. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BIRNBAUM, P. **Les sommets de l'État**: essai sur l'élite du pouvoir en France. 2.ed. Paris: Éd. du Seuil, 1994.
- BOIGEOL, A. e DEZALAY, Y. De l'agent d'affaires au barreau: les conseils juridiques et la construction d'un espace professionnel. **Genèses**, 27, p. 49-68, juin, 1997.
- BOURDIEU, P. **La noblesse d'État**. Grandes écoles et esprit de corp. Paris: Éditions de Minuit, 1989.
- CAMPOS, Gastão W. de S. **Os médicos e a política de saúde**. Entre a estatização e o empresariamento. A defesa da prática liberal da Medicina. São Paulo: Hucitec, 1988.
- CISIA-CERESTA. **SPAD Pour Windows**. Version 5. SPAD-Base. Aide à l'Interpretation. Paris: CISIA-CERESTA, 2001.
- CORADINI, O. L. “Crise” conjuntural de políticas “sociais” ou de referenciais? **Ensaio FEE**, 15 (2), p. 489-501, 1994.
- CORADINI, O. L. **Engajamento associativo, “participação” e representação política no período recente no Brasil**. Relatório de Pesquisa para o CNPq. Porto Alegre: 2005a.

CORADINI, O. L. Associative/Union Commitment and Recruitment of Political Elites: representatives of “entrepreneurs” and “workers” in recent years in Brazil. **International Political Science Review**, (2005b), (a sair).

CORADINI, O. L. **Representações sociais e conflitos nas políticas de saúde e Previdência Social Rural: 1989**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) – Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro.

DEZALAY, Y. e GARTH, B. **La mondialisation des Guerres de Palais**. La restructuration du pouvoir d’État en Amérique Latine, entre notables du droit et “Chicago Boys”. Paris: Seuil, 2002.

DULONG, D. Quand l’économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la Ve République. **Politix**, nº 35, p. 109-130, troisième trimestre, 1996.

Folha de S. Paulo, 13 de out., 2003.

Folha On-Line, 23 de dez. de 2002.

GARRIGOU, A. **Les élites contre la République**. Science Po et l’ENA. Paris: La Découverte, 2001.

GAXIE, D. e OFFERLÉ, M. Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique. In: BIRNBAUM, P. (Dir.) **Les élites socialistes au pouvoir: les dirigeants socialistes face à Etat: 1981-1995**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

GAXIE, D. Les logiques du recrutment politique. **Revue Française de Science Politique**, 30 (1), p. 5-45, fév., 1980.

MELLO, Carlos G. de. **A Medicina e a Realidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MERLLIÉ, D. Une nomenclature et sa mise en oeuvre les statistiques sur l’origine sociale des étudiants. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, (50), p.4-47, nov., 1983.

NARUD, H. M. Norway: professionalization – Party-oriented and continuency-based. In: BORCHERT, J. e ZEISS, J. (Eds.). **The political class in advanced democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

O Globo, 18 de nov., 2003.

OFFERLÉ, M. Professions et profession politique. In: OFFERLÉ, M. (Dir.). **La profession politique: XIXe.-XXe. siècles**. Paris: Belin, 1999.

OFFERLÉ, M. **Sociologie des Groupes d'Interets**. Paris: Montchrestien, 1998.

RUOSTETSAARI, I. From political amateur to professional politician and expert representative: parliamentary recruitment in Finland since 1863. In: BEST, H. e COTTA, M. (Ed.). **Parliamentary Representatives in Europe: 1948-2000**. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WIESLI, R. Switzerland: the militia myth and incomplete professionalization. In: BORCHERT, J. e ZEISS, J. (Eds.). **The political class in advanced democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

ZARCA, B. Les patrons dans la statistique officielle française. **Politix**, 23, 1993.

Apêndice Metodológico

No teste de análise de correspondência múltipla foram tomadas seis variáveis ativas, quais sejam: o principal tipo de associação/sindicato de vinculação, principais ocupações durante a carreira, disciplina da titulação escolar, filiação partidária, profissão declarada e o montante do patrimônio econômico. Em princípio, essas variáveis abrangeriam as dimensões básicas da inserção social e política. Além disso, foi utilizado um conjunto de 70 variáveis ilustrativas.

O primeiro fator obteve 5,00% (com 0,4450 de valor próprio), o segundo fator equivale a 4,75% (com 0,4228 de valor próprio), e o terceiro fator representa 3,65% de explicação da variância (com 0,3250 de valor próprio). As variáveis que mais contribuem para a formação do primeiro fator, por ordem decrescente, são as que seguem: as principais ocupações durante a carreira (24,0%), o principal tipo de vínculo com associações/sindicatos (23,4%), a filiação partidária (20,6%) e a disciplina/área da titulação universitária (12,2%). Em menor grau, o montante do patrimônio econômico (12,2%) e a profissão declarada (5,5%).

Quanto às contribuições das categorias para a formação do primeiro fator, são as seguintes: no que tange às modalidades de relacionamento com associações/sindicatos, os vínculos com associações/sindicatos de trabalhadores urbanos, rurais ou de funcionários públicos (9,4%), e em segundo lugar, com associações/sindicatos de professores – de todos os níveis, ou seja, de 1º, 2º e de 3º graus (7,2%) e, em menor grau, a vinculação com associações/sindicatos de empresários (3,5%) e, por fim, os que não mantêm qualquer vínculo associativo ou sindical (1,8%). Quanto às principais ocupações durante a carreira, a modalidade com maior contribuição para o primeiro fator é representada por aqueles cuja carreira é composta pela condição de empregado ou funcionário de empresa privada e de dirigente sindical (6,9%), seguidos por aqueles cuja carreira é composta pela condição de professor secundário, em conjunto com a de ocupante de cargos públicos, de “confiança” ou eletivos (5,1%) e, por fim, por aqueles cuja carreira é composta pela condição de funcionário público, em conjunto com a de dirigente sindical

(6,9%). Quanto à disciplina/área da graduação universitária, nesse primeiro fator se destacam os cursos de “Ciências Humanas” ou próximos - Ciências Sociais, História, Pedagogia, Letras, Serviço Social, Psicologia, Teologia (com 6,6%) e, em menor grau, os que cursaram Direito (1,8%). Quanto à filiação partidária, de longe, a principal contribuição é a dos filiados ao PT (17,5%), seguidos pelos do PFL (2,1%) e do PP (1,2%). Relativamente à profissão declarada, a principal contribuição é a dos professores – de todos os níveis – (3,7%), e, por fim, no que tange ao montante do patrimônio, a principal contribuição para esse primeiro fator é a dos que têm entre dez a cinquenta mil dólares (4,6%), seguidos pelos da faixa de mais de um milhão de dólares (2,9%).

As variáveis que mais contribuem para a formação do segundo fator são as que seguem: a disciplina/área do título escolar mais alto (33,1%), as principais ocupações na carreira (31,9%), a profissão declarada (18,1%) e o tipo de associação/sindicato (13,1%). As variáveis que menos contribuem para esse segundo fator são o montante do patrimônio econômico (1,5%) e a filiação partidária (2,3%). Em termos de categorias dessas variáveis, o tipo que mais contribui é a vinculação com associações/sindicatos de médicos, advogados, engenheiros ou assemelhadas (9,7%), seguidas pelas associações/sindicatos de empresários (1,6%). Quanto à disciplina/área da graduação universitária, a principal contribuição é a dos que cursaram Medicina (28,2%). Relativamente à última filiação partidária, não há qualquer categoria com contribuição significativa para esse segundo fator, e, quanto à profissão declarada, se destacam os médicos (15,4%).

Por fim, para o terceiro fator, as variáveis que mais contribuem são as principais ocupações na carreira (34,3%), a disciplina/área do título escolar mais alto (29,9%), a profissão declarada (17,6%) e tipo de associação/sindicato de vinculação (11,1%). O montante do patrimônio (4,0%) e a filiação partidária (3,1%) têm contribuição pouco significativas para esse fator. Quanto às categorias, nesse terceiro fator, a modalidade que se destaca relativamente aos vínculos com associações/sindicatos é a dos com organizações de empresários (7,2%), e a seguir, os que tiveram engajamento apenas em organizações estudantis (3,5%). Relativamente à disciplina/área da titulação escolar, nesse terceiro fator se destacam os que cursaram Direito

(18,6%) e os sem titulação universitária (5,6%) e quanto à profissão declarada, se destacam os advogados (12,0%) e os proprietários e/ou altos funcionários de empresas privadas (4,5%). Por fim, no que tange ao montante do patrimônio, nesse terceiro fator se destaca a faixa mais elevada, de mais de um milhão de dólares.

Seguindo as sugestões de Gaxie e Offerlé (1985), foram considerados os vínculos associativos/sindicais tanto com organizações de “trabalhadores” como de “empresários” ou outras categorias.